



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 914, DE 2025
(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-846/2025.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº de 2025.
(Deputado Pompeo de Mattos)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a chamada Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Ainda que a iniciativa do Poder Executivo se apresente revestida de boas intenções, buscando afirmar o compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades, o conteúdo do decreto demonstra notória





inadequação técnica, descompasso pedagógico e afronta direta a princípios constitucionais que tutelam o direito à educação, a liberdade de escolha das famílias e a autonomia das instituições especializadas.

O texto, ao privilegiar de forma absoluta a matrícula em classes comuns, desconsidera a complexidade da educação especial e ameaça o funcionamento de redes consolidadas que, há décadas, garantem acolhimento e qualidade de ensino a pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista. A imposição de um modelo único de escolarização, em detrimento das instituições especializadas, compromete o direito das famílias de escolher o ambiente mais adequado às necessidades de seus filhos e ignora que a verdadeira inclusão não se faz pela uniformidade, mas pelo respeito à diversidade.

Ademais, a realidade concreta do sistema público de ensino brasileiro revela-se distante da idealização contida no decreto. A ausência de infraestrutura acessível, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, a falta de formação específica e continuada para os docentes e o financiamento insuficiente tornam inviável a implementação efetiva de um modelo inclusivo universal. A inclusão, para ser autêntica, requer estrutura, preparo e suporte técnico, e não mera determinação normativa.

O texto ainda fragiliza o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), reduzindo a exigência de formação específica a um patamar de apenas oitenta horas e relegando a capacitação continuada a uma mera previsão de cooperação futura entre entes federativos. Tal medida demonstra desconhecimento da complexidade que envolve o trabalho educacional com estudantes que possuem deficiências múltiplas ou condições específicas de aprendizagem.

É igualmente grave o tratamento conferido às famílias. A obrigatoriedade de inserção em classes comuns, sem considerar o contexto individual de cada aluno, implica retirar dos pais e responsáveis o poder de decisão sobre o modelo pedagógico mais apropriado. Tal postura fere o





princípio da liberdade e da dignidade humana, convertendo o direito à inclusão em instrumento de exclusão disfarçada, na medida em que o aluno pode estar formalmente matriculado, mas não verdadeiramente incluído, acolhido e desenvolvido.

Do ponto de vista jurídico, o Decreto nº 12.686/2025 extrapola os limites do poder regulamentar previsto no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, ao inovar na ordem jurídica e revogar o Decreto nº 7.611/2011 sem respaldo legal ou autorização legislativa. Tal extrapolação resulta em vício de ilegalidade, uma vez que o Executivo não pode, por decreto, redefinir substancialmente a política nacional de educação especial — matéria que demanda deliberação do Congresso Nacional.

Também há violação do pacto federativo, pois o decreto impõe um modelo uniforme, de alcance nacional, sem promover diálogo efetivo ou cooperação horizontal entre União, Estados e Municípios, como exige o art. 211 da Constituição. Ao fazê-lo, compromete a autonomia local e desconsidera a multiplicidade de arranjos institucionais que compõem a educação especial brasileira, onde convivem escolas públicas, comunitárias, filantrópicas e conveniadas, todas essenciais para a universalização do direito à educação.

Essas preocupações — de ordem jurídica, pedagógica e social — são corroboradas pela Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul, entidade que expressou posicionamento público em defesa da manutenção das redes especializadas e da preservação do direito das famílias à livre escolha educacional. A federação reforça o alerta de que o decreto ameaça desestruturar instituições que funcionam, atendem com dignidade e garantem, há décadas, educação de qualidade e cidadania a milhares de brasileiros com deficiência.

Em suma, o Decreto nº 12.686/2025, sob o pretexto de promover inclusão, termina por fragilizar as bases de um sistema que já opera com sucesso e compromete o direito fundamental à educação com equidade e respeito às diferenças. Sustar seus efeitos é, portanto, medida necessária para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

restabelecer a segurança jurídica, proteger as instituições que cumprem papel social insubstituível e assegurar que a política educacional brasileira se construa sobre o diálogo, a responsabilidade e a efetividade.

Brasília, de outubro de 2025.

POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS

Apresentação: 28/10/2025 12:45:59.030 - Mesa

PDL n.914/2025



Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254359623500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pompeo de Mattos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**DECRETO Nº 12.686,
DE 20 DE OUTUBRO
DE 2025**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto12686-20-outubro-2025-798166-norma-pe.html>

FIM DO DOCUMENTO